

Atos Oficiais

LEI Nº 6.601, DE 25 DE JUNHO DE 2021

Autoriza o Poder Executivo a conceder direito real de uso remunerado de área à empresa VIA VAREJO S.A, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município autorizado a conceder à VIA VAREJO S.A.CNPJ nº 33.041.260/0652-90, nos termos dos artigos 67 e 69, da Lei Orgânica do Município, e independente de concorrência pública, o uso remunerado da área localizada na Rua Ângelo Maziero, s/nº, CCI nº 1027973, para instalação de um depósito comercial, conforme consta no processo administrativo nº 4991/1996, que assim se descreve e caracteriza:

“Uma área de terreno medindo 5,80m de frente para a Rua Angelo Maziero;do lado direito de quem da rua olha o terreno, mede 5,70m, confrontando com área da Prefeitura; do lado esquerdo, mede 7,20m, onde confronta com área da Prefeitura; nos fundos mede 7,00m em linha ligeiramente perpendicular, onde confronta com o lote da rua Bonsucesso, 44, encerrando uma área com 41,28m².

§1º A concessão a que se refere este artigo far-se-á mediante termo de concessão de direito real de uso remunerado, que integra esta lei.

§2º O valor inicial da concessão será de R\$ 1.741,65 (mil, setecentos e quarenta e um reais e sessenta e cinco centavos) mensais, que deverá ser atualizado anualmente com base nos índices oficiais utilizados pelo Município.

Art. 2º O prazo da concessão será de 10 (dez) anos, renováveis, a contar da assinatura do termo de concessão de direito real de uso remunerado.

Art. 3º A Concessionária deverá obedecer às seguintes condições:

- I - a área deverá ser destinada, exclusivamente, para fins comerciais;
- II. o cumprimento de todas as exigências do Poder Público, referentes ao imóvel objeto desta concessão;
- III – obter, previamente à realização de qualquer obra ou edificação, as licenças dos órgãos Estaduais e Municipais, sob pena de demolição e retorno ao *status quo ante*, bem como o pagamento de multa no valor correspondente a 3 vezes o valor da concessão;
- IV - o pagamento de impostos e taxas incidentes sobre o imóvel a partir da data da assinatura do termo de concessão, devendo os respectivos recibos serem apresentados à Concedente, quando solicitado;
- V - o pagamento do IPTU incidente sobre o imóvel;
- VI - o pagamento das despesas de consumo de água, energia elétrica, bem como aquelas necessárias às ligações correspondentes, sob pena de constituir infração contratual;
- VII - o pagamento de todos os tributos federais, estaduais e municipais decorrentes de obras e/ou reformas realizadas no imóvel;
- VIII - a manutenção do imóvel, devendo trazê-lo em boas condições de higiene, limpeza e conservação, zelando sempre por ele para assim o restituir, quando findo ou rescindido o contrato de concessão, sem direito à retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias, as quais ficarão, desde logo, incorporadas ao imóvel;
- IX - não locar, sublocar, emprestar ou ceder, a qualquer título, a área para terceiros, bem como zelar pela sua conservação e evitar que terceiros a invadam;
- X - renúncia expressa de qualquer espécie de indenização por construções edificadas no imóvel objeto da concessão, assim como por benfeitorias, quer voluptuárias, úteis e/ou necessárias.

Art. 4º A transgressão a quaisquer das obrigações contidas no termo de concessão de uso onerosa, em especial o não pagamento dos tributos municipais e do valor mensal a título de concessão por no máximo 3 (três) meses, implicará na rescisão do contrato, com a desocupação da área no prazo fixado, sem direito a qualquer indenização.

Art. 5º Fica desafetada a área descrita no art. 1º.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 25 de junho de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

Processo Administrativo nº 4991/1996 – PMRP.
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO REMUNERADO

CONTRATO Nº. ____/2021

OBJETO: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO REMUNERADO

PARTES: MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES E VIA VAREJO S.A.

As partes, neste instrumento nomeadas, de um lado como CONCEDENTE, MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, pessoa jurídica de direito público interno, com domicílio na Prefeitura Municipal na Rua Miguel Prisco, nº. 288, inscrita no CNPJ/MF sob o nº., neste ato representada por, e de outro lado como CONCESSIONÁRIA,, com sede, inscrita no CNPJ, neste ato representada por, tudo conforme consta do Processo Administrativo nº 4991/1996, e da Lei nº, de/...../....., têm entre si contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 A CONCEDENTE é legítima proprietária da área abaixo descrita, conforme o memorial descritivo, com as seguintes medidas e confrontações:

“Uma área de terreno medindo 5,80m de frente para a Rua Angelo Maziero; do lado direito de quem da rua olha o terreno, mede 5,70m, confrontando com área da Prefeitura; do lado esquerdo, mede 7,20m, onde confronta com área da Prefeitura; nos fundos mede 7,00m em linha ligeiramente perpendicular, onde confronta com o lote da rua Bonsucesso, 44, encerrando uma área com 41,28m²”.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 Por possuir o imóvel livre e desembaraçado de quaisquer ônus, a CONCEDENTE, concede o seu direito real de uso remunerado à CONCESSIONÁRIA nos termos da Lei Municipal de/...../.....

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 A concessão de direito real de uso remunerado vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos renováveis, contados a partir da data de assinatura deste contrato, registrado junto à Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA

4.1 A presente concessão será em caráter oneroso pelo valor mensal de R\$ 1.741,65 (mil, setecentos e quarenta e um reais e sessenta e cinco centavos), conforme parecer técnico da Comissão Permanente de Avaliações, o qual será atualizado anualmente com base nos índices oficiais utilizados pelo Município.

CLÁUSULA QUINTA

5.1 São obrigações da concessionária:

- I - a área deverá ser destinada, exclusivamente, para fins comerciais;
- II. o cumprimento de todas as exigências do Poder Público, referentes ao imóvel objeto desta concessão;
- III – obter, previamente à realização de qualquer obra ou edificação, as licenças dos órgãos Estaduais e Municipais, sob pena de demolição e retorno ao *status quo ante*, bem como o pagamento de multa no valor correspondente a 3 vezes o valor da concessão;
- IV - o pagamento de impostos e taxas incidentes sobre o imóvel a partir da data da assinatura do termo de concessão, devendo os respectivos recibos serem apresentados à Concedente, quando solicitado;
- V - o pagamento do IPTU incidente sobre o imóvel;
- VI - o pagamento das despesas de consumo de água, energia elétrica, bem como aquelas necessárias às ligações

correspondentes, sob pena de constituir infração contratual;

VII - o pagamento de todos os tributos federais, estaduais e municipais decorrentes de obras e/ou reformas realizadas no imóvel;

VIII - a manutenção do imóvel, devendo trazê-lo em boas condições de higiene, limpeza e conservação, zelando sempre por ele para assim o restituir, quando findo ou rescindido o contrato de concessão, sem direito à retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias, as quais ficarão, desde logo, incorporadas ao imóvel;

IX - não locar, sublocar, emprestar ou ceder, a qualquer título, a área para terceiros, bem como zelar pela sua conservação e evitar que terceiros a invadam;

X - renúncia expressa de qualquer espécie de indenização por construções edificadas no imóvel objeto da concessão, assim como por benfeitorias, quer voluptuárias, úteis e/ou necessárias.

CLÁUSULA SEXTA

6.1 A inobservância por parte da concessionária de quaisquer das obrigações estipuladas neste contrato, bem como o não pagamento dos tributos municipais e do valor mensal a título de concessão por, no máximo, 3 (três) meses consecutivos, acarretará de imediato sua rescisão, devendo a concessionária desocupar o imóvel no prazo que lhe for expressamente fixado independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

6.2 No pagamento após a data de vencimento, incidirá multa de 2% sobre o valor, acrescido de juros moratórios de 1% ao mês e atualização financeira.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1 Em nenhuma hipótese a CONCEDENTE indenizará quaisquer benfeitorias realizadas na área ou em sua edificação, inclusive por ocasião do término do prazo convencionado na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA OITAVA

8.1 Fica eleita a Comarca de Ribeirão Pires, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, desde que frustrada a composição amigável.

E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Ribeirão Pires, ____ de _____ de 2021

CLÓVIS VOLPI

Concedente – Prefeito

Concessionária

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____